

# História e Ensino da História Indígena



EDIÇÃO N.5 // VOLUME N.5 // 2025

**TEKOA**

**APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ**  
**História e Ensino da História Indígena**

**Coordenador:**



**Clovis Antonio Brighenti**

Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), Brasil

[clovishenrique@unila.edu.br](mailto:clovishenrique@unila.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8782-2239>



**Paula Fernanda Santos da Silva**

Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), Brasil

[paulafernanda.smi@hotmail.com](mailto:paulafernanda.smi@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1676-1651>



**Nathália Santos Ferreira**

Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), Brasil

[professoranataliasan@gmail.com](mailto:professoranataliasan@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1147-9099>

O campo historiográfico dedicado aos estudos da História Indígena vem, paulatinamente, ganhando robustez, tanto pela quantidade de pesquisas produzidas quanto pela profundidade das abordagens. Este campo de estudo, que até pouco tempo era ignorado e negado por uma visão oitocentista e elitista que pressupunha que os indígenas não possuíam história, tem conquistado terreno e novos protagonistas. A participação ativa de pesquisadores indígenas movimentou o cenário historiográfico, antes acomodado na "tradição ocidental" de descrever categorias de tempo e espaço (previamente definidas), e introduziu novas perspectivas de descrição e análise dos fatos e contextos. Tais mudanças já vinham sendo identificadas por historiadores, especialmente a partir do rompimento com propostas arcaicas e excludentes. Alguns elementos que contribuíram para essas inovações foram a aproximação entre História e Antropologia e a perspectiva interdisciplinar dos estudos. A historiadora Maria Celestino de Almeida (2010) e a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2002), ainda na primeira década do século XXI, já constataram que os povos indígenas conquistaram seus direitos e, a partir de suas lutas e das revisões historiográficas, estão agora empenhados na sua concretização, deixando os "bastidores" para assumir os "palcos".

O cenário é otimista quanto à possibilidade de ampliar a desconstrução das formas colonialistas de pensar e registrar a história. Além das categorias de tempo e espaço, outras carecem de revisão, a começar pelo deslocamento do enfoque teórico. É necessário buscar na mitologia e na oralidade elementos para a desconstrução da colonialidade, aproximando-se das narrativas próprias dos povos, onde tempo e espaço adquirem novos alicerces. Nesse contexto, é fundamental romper com simples coincidências ou sobreposição de elementos semelhantes, partindo para a busca de categorias essenciais para uma reestruturação semântica que seja própria dos povos indígenas, a partir das singularidades de cada um.

A produção historiográfica não tem sentido se não estiver vinculada ao ensino. Persiste o desafio, na relação interétnica, de transformar os conteúdos da história indígena em conteúdo para o ensino. Aqui, não se trata apenas de modificar livros didáticos, mas de pensar em um conjunto de ações que visem a rever os conceitos ultrapassados. A noção de pioneirismo, incrustada no sentimento de setores da sociedade nacional, é talvez o ícone de uma visão obsoleta e preconceituosa que precisa ser rompida definitivamente.

A Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica, é um indicativo da carência/ausência do tema no ensino. Apesar de quase duas décadas da existência da lei, os avanços ainda são tímidos. Essa timidez está vinculada à resistência que grande parte da sociedade brasileira mantém sobre a possibilidade de ver os povos indígenas como sujeitos de direitos. Setores mais ligados ao mundo do agronegócio e da exploração ainda desejam transformar vidas e os territórios indígenas em espaço de produção e consumo capitalista. Nesse sentido, Aníbal Quijano (2009) demonstra que a sociedade latino-americana precisa superar a perspectiva da colonialidade, definida como um padrão mundial de poder capitalista, fundado na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo.

Este dossiê se apresenta à sociedade como uma contribuição para a construção da História Indígena, ao mesmo tempo em que introduz conteúdos relativos ao ensino da história e culturas indígenas, oferecendo informações para a apropriação de referenciais conceituais e legais para o conhecimento e valorização da biodiversidade. Buscamos selecionar artigos que contribuam para desconstruir noções equivocadas e preconceituosas sobre os Povos Indígenas, valorizando a multietnicidade e a pluralidade cultural no contexto latino-americano. Serão apresentadas abordagens contextualizadas sobre temas históricos e contemporâneos, em temáticas diversas, como luta pelos territórios, construção de autonomia, propostas pedagógicas para a educação escolar, meio ambiente, direitos indígenas, entre outros.

Para esta edição, selecionamos 14 artigos que abordam uma diversidade de temas e propostas teóricas, convergindo para a construção de uma outra história a partir das epistemologias indígenas e apontando para elementos fundamentais para o seu ensino.

A sessão de abertura é dedicada a textos que analisam a aplicação da Lei nº 11.645/2008 e apresentam experiências de práticas inovadoras de ensino. Na sequência, o dossiê se aprofunda em temáticas do campo da historiografia, com artigos que dialogam com a decolonialidade e a interculturalidade.

## Artigos em Destaque

O dossiê inicia com o artigo "**A Lei nº 11.645/2008 e os Limites do Reconhecimento da História Indígena na Escola**", de Rosângela Daiana dos Santos. A autora analisa os desafios contemporâneos da implementação da Lei, com foco no reconhecimento e valorização das culturas indígenas na educação básica. O texto questiona se a legislação alterou efetivamente a abordagem do tema nas escolas e destaca a necessidade de formação docente, tanto em cursos de Pedagogia e Licenciatura quanto em espaços extracurriculares. A conclusão aponta que "a superação desses desafios exige ações integradas de políticas públicas, formação

continuada e ressignificação dos currículos escolares, de modo a promover uma educação verdadeiramente intercultural, crítica e antirracista".

Na continuidade do debate sobre o ensino, Patrícia Emanuelle Nascimento, Misile Souza da Silva e Ordália Cristina Gonçalves Araújo apresentam "**Aproximando indígenas e não indígenas: reflexões e potencialidades de intercâmbio intercultural na educação básica (2023/2024)**". O artigo discute a relevância do Projeto de Intercâmbio Intercultural, desenvolvido em diálogo entre escolas indígenas e não indígenas. A análise, baseada em registros fotográficos e orais, aborda a interculturalidade para estudantes não indígenas, a interculturalidade crítica no Ensino de História, a proposta e as etapas do projeto, incluindo um relato de experiência da professora Misile Souza da Silva, da rede pública de Uberlândia.

Também abordando a temática do racismo, Taynara Aparecida Ferreira da Silva apresenta "**Literatura indígena como prática de ensino antirracista: experiências com o projeto “Raízes e Histórias Ancestrais”**". O artigo reflete sobre o papel da literatura indígena como ferramenta pedagógica na construção de uma educação antirracista e sua relevância para a efetivação da Lei 11.645/2008. A autora analisa como as narrativas produzidas por autores indígenas ampliam o repertório cultural de adolescentes, rompendo com estereótipos coloniais e promovendo o reconhecimento das epistemologias dos povos originários. O texto baseia-se na análise do projeto "Raízes e Histórias Ancestrais: valorizando a literatura indígena em Chapecó" (2024-2025).

Gilvan Maciel Gomes apresenta o artigo "**Interculturalidade Crítica no ensino de História: uma análise comparativa entre escolas indígenas e uma escola urbana na Amazônia (Pará)**". O autor analisou a interculturalidade crítica em três escolas públicas: duas indígenas (na Terra Indígena Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins/PA) e uma urbana (em Marabá/PA). Os resultados mostram que, nas escolas indígenas, há práticas consistentes de revalorização cultural e decolonização curricular, enquanto na escola urbana predomina uma abordagem multicultural superficial. A pesquisa aponta os limites estruturais da implementação de uma educação antirracista e sugere caminhos para fortalecer a interculturalidade crítica como projeto político-pedagógico.

Em seguida, Vitor Schulz de Almeida e Tiago Bonato trazem o artigo "**Conflitos e negociações nos confins da América: o protagonismo guaicuru no Paraguai colonial em fins do século XVI**". A partir de um acervo de 1592, conservado no Archivo Nacional de Asunción, os autores analisam o processo denominado "Proceso de oficio de la Real Justicia a varios indios por asaltos y crímenes cometidos a los vecinos encomenderos en el pueblo de Curucaen". O texto tem o mérito de evidenciar a Agency (capacidade de agir) e o protagonismo indígena, destacando as táticas utilizadas pelos Guaicuru em suas relações com a sociedade espanhola em Assunção.

O artigo "**Em nome da imagem do Brasil no exterior: o monitoramento de viagens internacionais de indígenas durante o período ditatorial (1974-1980)**", de Felipe de Oliveira Uba, é um mergulho no período ditatorial brasileiro, com foco nas campanhas internacionais em defesa dos direitos indígenas. O autor constata que as denúncias foram monitoradas, contestadas e, por vezes, reprimidas pelo Estado. A conclusão é que o Estado-nação se sustentou tanto no poder coercitivo quanto no simbólico, utilizando a gestão da imagem

internacional como instrumento de afirmação de autoridade, associado a objetivos de segurança e desenvolvimento.

Clara Maria Ribeiro Consort Fortunato realiza uma análise comparada em "**A Carta Avá-Guarani do Tekoha Y'hovy e o Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Mura do Itaparanã: uma breve análise de documentos públicos de r-existência indígena**". O objetivo é compreender esses documentos públicos como repertórios de lutas e r-existências. A autora destaca que a elaboração de documentos públicos é uma ferramenta de comunicação e estratégia de ação que visa o fortalecimento dos povos e a ampliação do alcance de suas demandas. Conclui que "os povos indígenas através da escrita pública politizam suas ações e conhecimentos enquanto estratégia de valoração na luta contra aqueles que os violentam, exploram e estigmatizam".

Com o título "**História e Atuação do Povo Indígena Tabajara Tapuio Itamaraty da Comunidade Nazaré Piauí**", Alex de Mesquita Marinho aborda a questão indígena no Piauí, focando nas estratégias da comunidade Tabajara Tapuio Itamaraty de Nazaré para o reconhecimento e a luta por direitos. O autor questiona o que levou ao apagamento da história indígena no Piauí e quais formas de atuação marcam a existência e resistência das etnias piauienses. Ele afirma que, apesar das dificuldades, existem comunidades indígenas organizadas no estado, realizando um trabalho robusto e significativo.

Gabriel Freitas de Sousa apresenta "**Tradições populares no Ceará ou uma tentativa de apagamento das dinâmicas culturais indígenas?**". O artigo tece uma análise documental das dinâmicas culturais e ontológicas dos povos indígenas no Ceará durante o período colonial. A pesquisa busca compreender como a influência do poder colonial, especialmente por meio dos jesuítas e do império português, transformou essas dinâmicas, resultando na formação das expressões hoje conhecidas como tradições populares cearenses, utilizando manifestações culturais ligadas ao catolicismo como exemplo.

Antonio Ailton de Sousa Lima contribui com "**Os Remédios do mato e o modo de viver no território ancestral: Ensinamentos de troncos velhos Pitaguary da aldeia Monguba (Ceará, Brasil)**". Trata-se de um relato de pesquisa qualitativa e participativa com os anciões Pitaguary, denominados "troncos velhos", da Aldeia Monguba (Pacatuba, Ceará). O autor articula as sabedorias e histórias partilhadas com os conceitos de cosmografia e memória coletiva, relacionando os saberes e práticas tradicionais com os remédios do mato e o modo de viver e resistir no território ancestral. O texto pontua a importância desses relatos na manutenção das identidades étnicas e sistemas de conhecimento, operando como forma de enfrentamento aos processos de negação e invisibilização.

Dagmar Omo Talga contribui com um trabalho etnográfico e histórico sobre o povo Bororo, residente no Mato Grosso, intitulado "**Bóku Mógorége (Habitantes Do Cerrado): O Reencontro Da Mitologia Das Mulheres Boe (Bororo)**". A autora visa compreender a mitologia das Mulheres Boe (Bororo) na produção compartilhada do conhecimento, a partir do diálogo com mulheres, para pensar as relações entre os diferentes papéis da mulher Boe, considerando sua estrutura social matrilinear. O ensaio apresenta reflexões a partir de autores e das palavras das Mulheres originárias, permitindo compreender o lugar da mulher Boe a partir da cosmovisão Bororo.

O artigo de Iclícia Viana, "**Racismo Anti Indígena no Brasil: uma análise a partir do dispositivo de racialidade**", traz uma importante reflexão sobre o racismo anti-indígena, analisando-o como um dispositivo de racialidade. O texto aponta para a coexistência de distintos elementos que compõem este dispositivo, envolvendo discursos e práticas acionados pelo capitalismo moderno/colonial, que mantêm o racismo. Demonstra-se a convivência de discursos cristãos, científicos (biologicistas e culturalistas) e tutelares que compõem a ideia de inferioridade indígena até hoje.

No tema da colonialidade do poder, o artigo "**O (Des)encobrimento dos mil povos: reflexões sobre a colonialidade do poder e a manutenção da tutela aos povos indígenas no Brasil**", de Wellem da Silva Evangelista, parte de uma análise sobre a história e *agency* indígena presente na obra literária "A terra dos mil povos: história indígena contada por um índio" de Kaká Werá Jecupé (2020). A autora propõe um diálogo com autores decoloniais latino-americanos (como Enrique Dussel e Aníbal Quijano) e aborda o conceito de etnia definido por Kabengele Munanga. Para a autora, a "infantilização dos povos indígenas por uma construção moderna da colonialidade do poder atravessou o imaginário e as políticas de tutela implementadas aos povos indígenas do atual Brasil".

Por fim, Gabriele Duarte Shoji traz uma importante reflexão em "**A Retomada: São Paulo é Território Indígena - Uma discussão sobre a qualificação do SUAS e do fortalecimento da política indígena**". O artigo analisa os trabalhos desenvolvidos pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) sob a perspectiva "Por um SUAS Sem Racismo!", com foco na comunidade Guarani da Terra Indígena Jaraguá. A autora destaca o fenômeno demográfico como forma de agenciar a presença indígena na cidade na luta contra o apagamento de sua territorialidade e memória. O trabalho na TI Jaraguá, realizado em regime de colaboração, viabilizou uma articulação de base e "uma agenda interlocutora que possui formas sociais, procedimentos próprios e memórias locais que devem influenciar diretamente o repertório metodológico na documentação e na atuação de servidores em territórios e comunidades indígenas".

Desejamos a todos uma excelente leitura!

